



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer nº 97/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA/2023

PROCESSO Nº 1370.01.0036692/2023-47

Parecer Único de Licenciamento (Convencional ou Simplificado) nº 331/2023

Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 71274307

Processo SLA: 331/2023

SITUAÇÃO: Sugestão pelo Indeferimento

EMPREENDEDOR: GSL METALURGICA S/A

CNPJ: 19.749.936/0001-48

EMPREENDIMENTO: GSL METALURGICA S/A

CNPJ: 19.749.936/0001-48

MUNICÍPIO: Sabará

ZONA: Urbana

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE

- Não há incidência de critério locacional

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
B-05-03-7	Fabricação de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro, aço e de metais não-ferrosos, com tratamento químico superficial, exceto móveis	5	0

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO/ART:

AAS – SOLUÇÕES EM LOGÍSTICA E ENGENHARIA

CREA-MG 105.982/D

Aline Diniz e Silva

AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA
Geisislaine Rosa Silva Gestora Ambiental – Supram CM	1.371.064-5
Isabela Fernanda Caroba Gestora Ambiental	1.378.179-4
De acordo: Mateus Romão Oliveira Diretora Regional de Regularização Ambiental – Supram CM	1.363.846-5
De acordo: Angélica Aparecia Sezini Diretora Regional de Controle Processual - Supram CM	1.021.314-8



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Romao Oliveira, Diretor (a)**, em 09/08/2023, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geisislaine Rosa da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 10/08/2023, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Fernanda Caroba, Servidor(a) Público(a)**, em 10/08/2023, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angelica Aparecida Sezini, Diretora**, em 10/08/2023, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **71225650** e o código CRC **351F3CF8**.



1. Resumo

Em 15/02/2023 foi formalizado, no Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA, o processo de licenciamento ambiental na fase de operação sob número 331/2023 com o objetivo de regularizar a ampliação da unidade industrial da empresa GSL Metalúrgica S/A.

O empreendimento é detentor do Certificado de Renovação de Licença de Operação Nº 115/2020 e atua no setor de Fabricação de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro na zona urbana do município de Sabará – MG.

O processo de licenciamento foi enquadrado na Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, para ampliação da seguinte atividade:

Código	Atividade	Parâmetro	Classe	Porte
B-05-03-7	Fabricação de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro, aço e de metais não-ferrosos, com tratamento químico superficial, exceto móveis	3,2 hectares	5	M

Em avaliação da caracterização do empreendimento no SLA, verificou-se que foi declarado:

- Existência de licença para o empreendimento na modalidade simplificada;
- O empreendimento encontra-se na fase de operação a iniciar.

Conforme descrito no item 4 desse parecer, a caracterização incorreta acarretou no enquadramento do processo na modalidade de LAC2, fase de LO, e instrução do processo com as documentações relativos a esta fase.

Assim, não foram apresentados estudos ambientais (Relatório de Controle Ambiental e Plano de Controle Ambiental – RCA/PCA) que permitissem uma avaliação da viabilidade socioambiental, vistos que estes estudos são essenciais à avaliação técnica dos impactos e medidas mitigadoras necessárias a implantação do empreendimento.

Conforme registrado no auto de fiscalização 237709/2023, o empreendimento já instalou as unidades necessárias a ampliação das atividades e opera em área útil superior à licenciada no âmbito do certificado de LO 115/2020.

Nesse contexto, considerando que os relatórios apresentados não subsidiam a avaliação dos aspectos ambientais inerentes à ampliação da atividade de



Fabricação de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro, a equipe de análise técnica e jurídica da SUPRAM Central sugerem o indeferimento dessa solicitação de licenciamento ambiental.

2. Introdução

Este parecer único visa subsidiar o julgamento do pedido de ampliação do empreendimento GSL Metalúrgica S.A.

A atividade objeto do requerimento de licenciamento SLA nº 331/2023 está enquadrada na DN COPAM nº 217/2017 sob código: B-05-03-7 - Fabricação de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro, aço e de metais não ferrosos, com tratamento químico não superficial, exclusive móveis”.

A discussão apresentada a seguir, pautou-se na análise da documentação acostada aos autos do processo SLA 331/2023 e nos dados da vistoria registrada no auto de fiscalização AF nº 237709/2023.

3. Instrução processual

A análise técnica e jurídica teve por base as informações contidas nos documentos relacionados ao Processo SLA nº 331/2023 apresentados a seguir:

- Comprovante de protocolo da formalização do processo para obtenção do ato autorizativo ou outro ato autêntico capaz de regularizar a intervenção em Recursos Hídricos;
- Publicação de Requerimento de Licença pelo Empreendedor;
- Relatório de Cumprimento de Condicionantes e/ou Relatório de Automonitoramento;
- Publicação da Concessão de Licença de Fase Anterior;
- Comprovante de propriedade, posse ou outra situação que legitime o uso do espaço territorial para o desenvolvimento da atividade;
- Publicação de Requerimento de Licença pelo Órgão Ambiental.

Consta nos autos a certidão de registro do imóvel, matrícula 12.360, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sabará, de propriedade da empresa Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços LTDA.

A área onde é desenvolvida a atividade do empreendimento não é de propriedade do empreendedor GSL Metalúrgica S/A, sendo que o uso do espaço territorial está legitimado por um instrumento particular de locação para fins não residenciais, cuja vigência se estende até a data de 01 de fevereiro de 2025.



4. Discussão

Caracterização do processo 331/2023 no Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA.

De acordo com o artigo 13 da Deliberação Normativa nº 217/2017:

“Art. 13 – Deverá ser realizada caracterização do empreendimento por meio do preenchimento de formulário próprio, exigível para qualquer processo de regularização ambiental e de inteira responsabilidade do empreendedor.” (grifo nosso)

Conforme imagem extraída da caracterização da atividade realizada no SLA, foi declarado que o empreendimento possui licença vigente na modalidade simplificada via cadastro ou RAS.

cód-05157 Existe licença vigente para o empreendimento na modalidade simplificada, via Cadastro ou RAS? Responder afirmativamente essa questão em caso de Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) ainda vigente.

☒ Sim ☐ Não

Conforme parágrafo único, artigo 11 da DN 217/2017, o caso de ampliação de empreendimento e atividade já licenciado sob a modalidade simplificada, a nova solicitação deverá ser enquadrada de acordo com as características de tais ampliações e das atividades já existentes, cumulativamente, e a licença a ser emitida englobará todas as atividades exercidas. Assim, neste caso, as informações a serem preenchidas neste formulário deverão englobar todas as informações do empreendimento.

Imagem 01 – Caracterização SLA código - 05157

Na imagem 2 é possível verificar que foi declarado na plataforma SLA que o empreendimento se encontra na fase de operação a iniciar.

cód-11001 O empreendimento se encontra em qual fase de desenvolvimento?

☐ Projeto
☐ Instalação
☒ Operação
☒ A iniciar ☐ Iniciado em

Imagem 02: Caracterização SLA código 11001

Cumprir informar que, após consulta ao Sistema de Informação Ambiental - SIAM e ao Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA, verificou-se que o empreendimento não possui licenciamento simplificado (LAS/Cadastro e LAS



/RAS), nem tampouco obteve Licença Prévia e de Instalação que autorizassem a ampliação pleiteada.

A Licença Prévia, conforme redação dada pelo inciso I do art. 13 do Decreto 47.383/2018, atesta a viabilidade ambiental da atividade ou do empreendimento quanto à sua concepção e localização, com o estabelecimento dos requisitos básicos e das condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Já a Licença de Instalação autoriza a instalação da atividade ou do empreendimento, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

Isto posto, registra-se que o empreendimento não se encontra em fase de operação como informado pelo empreendedor.

Conforme registrado no auto de fiscalização 237709/2023, o empreendimento já instalou as unidades necessárias a ampliação das atividades e opera em área útil superior à licenciada no âmbito do certificado de LO 115/2020. Nesse sentido, a operação na nova área útil ocorreu sem a devida regularização ambiental, sendo lavrado o Auto de Infração nº 319716/2023 em desfavor da GSL Metalúrgica S/A.

Assim, nos termos da Instrução de Serviço nº 06/2019, o indeferimento do processo é medida necessária, vejamos:

“Por último, a caracterização com erros crassos por parte do empreendedor, que apontem má-fé do mesmo, ou mesmo desídia, e saiam do escopo previsto para a decisão por inépcia citada abaixo no item 4, também deverá resultar no indeferimento do processo administrativo por falta de cumprimento dos pressupostos processuais necessários à emissão do ato autorizativo”.



5. Controle processual

Trata o presente parecer da análise do processo administrativo SLA nº 331/2023, da GSL METALÚRGICA S/A, cuja atividade é a Fabricação de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro, aço e de metais não-ferrosos, com tratamento químico superficial, exceto móveis (B-05-03-7).

Conforme critérios definidos da Deliberação Normativa Copam nº 217/2017, o empreendimento foi classificado como classe 5, uma vez que a atividade é classificada como de porte médio e potencial poluidor grande, razão pela qual, conforme Lei 21.972/2016, em seu art. 14, inciso III, alínea “a”, compete ao COPAM, por meio de suas Câmaras Técnicas, deliberar sobre o pedido apresentado pelo empreendedor.

No formulário de caracterização no SLA, o empreendedor informou que o empreendimento era detentor de licença na modalidade simplificada e que se encontrava em fase de operação ainda não iniciada (o que o tornaria passível de licença de operação). Informou, ainda, que o processo buscava a ampliação do empreendimento. Após preenchimento das informações, o sistema de licenciamento direcionou automaticamente o empreendedor para a fase de licença de operação, em LAC 2. O processo foi formalizado com os documentos solicitados pelo sistema de licenciamento. Sendo importante mencionar que tal documentação não foi analisada pela equipe da Diretoria Regional de Controle Processual da SUPRAM-CM, ante a constatação do erro na caracterização do empreendimento.

Contudo, para empreendimentos que solicitam ampliação de sua capacidade, deve ser avaliado o pedido desde a fase de inicial, uma vez que a implantação aprovada previamente não considerava a atividade nos moldes ora planejados.

No caso em questão, o enquadramento no SLA seguiu a caracterização que o empreendedor informou. Porém, este não o fez da maneira adequada, uma vez que, embora tenha informado que estava em fase de operação, o empreendimento não possui licenciamento simplificado (LAS/Cadastro e LAS /RAS), nem tampouco obteve Licença Prévia e de Instalação que autorizassem a ampliação pleiteada. Desta feita, o pedido de ampliação ainda não havia sido avaliado pelo órgão ambiental. E nas situações de informação equivocada do empreendedor na caracterização do empreendimento no SLA, segundo a Instrução de Serviço 06/2019 (página 42) o indeferimento do processo é medida que se impõe, conforme já informado no item 4 deste parecer.



Diante do exposto, tendo em vista que o empreendedor não caracterizou o empreendimento em consonância com a situação real dele, entendemos que o presente processo não contém os requisitos mínimos necessários à sua análise e aprovação. Por isso, sugerimos o indeferimento de plano do pleito.

6. Conclusão

Considerando que o enquadramento do empreendimento na modalidade de LAC2 (LO) está em desacordo com a DN COPAM nº 217/2017 e Instrução de Serviço SISEMA nº 06/2019;

Considerando que o empreendedor ampliou a unidade industrial sem prévia autorização via licença prévia e de instalação;

Considerando a inexistência de estudos ambientais que permitam a avaliação da viabilidade socioambiental do empreendimento;

Sugere-se o INDEFERIMENTO da solicitação de licenciamento ambiental SLA 331/2023 na modalidade de Licenciamento Ambiental Concomitante – LAC2 (LO) do empreendimento GSL Metalúrgica S/A.